107461

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES

NÚCLEO DE AGÊNCIA DE GOIÂNIA

ENCAMINHAMENTO Nº 0088/116/NAGO/SNI/77

Data: - 29 Nov 77

Assunto: - Acordo Nuclear BRASIL/RFA

Referência: Encº 016/19/AC/SNI/77

Difusão: - AC/SNI

Este Núcleo encaminha o seguinte: xerocópia de trabalho elaborado por informante deste Núcleo contendo apreciações sobre o assunto à epígrafe, e respectivos anexos (22).

Qualquer pessoa que tomar conhecimento deste assunto fica responsável pelo seu sigilo (art. 12 decreto 79.099/77 - regulamento para salvaguarda de assuntos sigilosos)

INFORME.

ASSUNTO: A COMISSÃO DE ENERGIA ATÔMICA (AEC) DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA e as pressões sobre o acordo nuclear BRASIL-ALEMANHA FEDERAL; campanha contra empresas estatais, comandada pela revista "VISÃO" e, em segundo plano, pelo "O ESTADO DE SÃO PAULO", cujo público alvo é a CLASSE EMPRESARIAL, A UNIVERSITÁRIA e os CIENTISTAS.

1. Na página 210 do livro "O GOVERNO INVISÍVEL" (Editora Civilização Brasileira S/A, 1.968), de autoria dos americanos DAVID WISE e THOMAS B. ROSS; está escrito:

" COMISSÃO DE ENERGIA ATÔMICA (AEC)

A AEC é responsável pela elaboração de estimativas sobre o potencial de armas atômicas da União Soviética e das demais potências nucleares. Desde 1.948 os Estados Unidos mantêm um serviço permanente de exame atmosférico para descobrir / partículas radioativas derivadas de testes atômicos. As amostras são coletadas por aparelhos U-2 e outros aviões que voam a grande altitude. Pela análise de tais amostras, a AEC pode determinar não apenas a ocorrência de explosões atômicas, mas também o tipo e poder dos artefatos empregados.
A AEC também desempenha papel importante na avaliação das propostas relativas à proibição de testes. Promove experiências intensivas sobre os meios de ocultar a realização de provas atômicas e maneiras de contornar os recursos de dissimulação engendrados por outras nações.
Devido à lei que a criou e a sua íntima relação com a Comissão Mista de Energia Atômica do Congresso, a AEC é um dos ramos mais independentes do Governo Invisível. Uma das advertências finais de EISENHOWER a KENNEDY foi a seguinte: "Você pode dirigir muitas coisas por aqui. Mas uma que não vai poder controlar é a AEC". (grifamos).

Do trecho acima depreende-se que:

a) O presidente dos Estados Unidos não exerce controle sobre a Comissão de Energia Atômica . Enquanto se realiza,em Genebra, conferência para supressão dos testes nucleares, o Presidente James Carter solicita ao Congresso que aprove a aplicação de recursos na fabricação da bomba de neutrons; ao mesmo tempo exerce pressão sobre o Acordo Nuclear Brasil_República Federal da Alemanha, alegando o perigo da proliferação de armas nucleares.

b) A COMISSÃO DE ENERGIA ATÔMICA tem íntima ligação com a COMISSÃO MISTA DE ENERGIA ATÔMICA DO CONGRESSO, onde atuam parlamentares, os quais representam grupos econômicos, inclusive os que operam na industria nuclear. Dai a pressão desses parlamentares sobre o Presidente Carter, para que impeça a execução do acordo nuclear BRASIL- ALEMANHA.

4

DE COMO ESTÁ SE DESENVOLVENDO A CAMPANHA PARA IMPEDIR A EXECUÇÃO DO ACORDO NUCLEAR BRASIL - ALEMANHA.

1. Ainda no Governo do Presidente GERALD FORD, grupos econômicos da industria nuclear americana, e mesmo antes da assinatura do acordo nuclear Brasil-Alemanha, iniciaram campanha contra as empresas estatais brasileiras. Essa campanha foi e está sendo comandada pelo GRUPO VISÃO, o qual através editoriais na REVISTA VISÃO tece críticas sistemáticas a empresa estatal, procurando mobilizar e convencer tres classes da população de que as empresas estatais as prejudicam: à CLASSE UNIVERSITÁRIA, com o argumento de que sem a empresa privada não terão condições de desenvolver seus conhecimentos práticos ; à CLASSE EMPRESARIAL, com o argumento de que a empresa estatal terminará por sufocar a empresa privada; à CLASSE DE CIENTISTAS, com o argumento de que os cientistas brasileiros estão sendo colocados à margem do desenvolvimento científico e tecnológico nacional. Dentre esses editoriais, destacam-se os seguintes:
"CADEIA DE EQUÍVOCOS" - publicado em "VISÃO" do dia 23/6/75;
"PROGRESSO TECNOLÓGICO SEM RAIZES" - publicado em "VISÃO" de 04/8/75;
"DEMOCRACIA INDEFESA" - publicado em "VISÃO" de 18/8/75;
"OPERACIONALIDADE DA DESESTATIZAÇÃO" - publicada em "VISÃO" do dia 18/8/75. O objetivo dessa etapa da campanha foi desestimular a implantação de empresas estatais, principalmente aquelas que serviriam de suporte ao desenvolvimento do programa nuclear brasileiro, como a NUCLEBRAS. Assim esse programa ficaria na dependência da infraestrutura empresarial privada, onde a penetração das multinacionais se efetuaria sem dificuldades.

2. Com o advento do GOVERNO CARTER, e como não foi possível impedir a criação de empresas estatais, a campanha passou a ser desenvolvida com a aplicação de outros métodos:

a) O presidente JAMES CARTER pressionou diretamente o GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA, para alteração do acordo, quanto ao reprocessamento do combustível nuclear, com o argumento de que pretendia evitar a proliferação de armas nucleares. Recentemente, o mesmo presidente JAMES CARTER pede ao Congresso Americano a aprovação de recursos para a fabricação da bomba de nêutrons.

b) campanha desenvolvida pela imprensa e outros meios de comunicação, procurando atemorizar a população sobre o perigo das usinas nucleares. Enquanto isso, grupos de manifestantes, certamente comandados pela CENTRAL INTELIGENCY AGENCY (CIA), se investiam contra instalações nucleares alemãs, dentre elas as BROKDORF e WYHLM tentando depredá-las. Sobre as radiações nucleares, é interessante observar o comentário da revista TIME, edição do dia 02/5/77, em nota no rodapé da página 10, que é a seguinte:
" O urânio natural, U-238, é um elemento estável que contém menos de 1%(um por cento) de isótopo fissionável U-235. Pode ser enriquecido a

nível de 3% a 4% de U-235 para ser usado como combustível de reator, e a um nível de cerca de 90% para tornar-se material de (fabricação) de bomba. Esse fato deveria ser levado ao conhecimento da opinião pública brasileira, para mostrar que a utilização da energia nuclear para fins pacíficos não implica em risco para a população.

c) usando a tática diversionista de "DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS", tenta-se infiltrar nos meios universitários, parlamentares e científicos, com o objetivo de desencadear um possível movimento que permita abrir "brechas" no sistema governamental brasileiro, dar forças ao Congresso para subverter a ordem. O objetivo final é impedir o desenvolvimento do programa nuclear brasileiro ou desenvolvê-lo de acordo com as conveniências da industria nuclear americana. Aliás, isto já foi recentemente conseguido no PAQUISTÃO, quando ocorreu um golpe de estado. Com isso, o programa nuclear daquele País, o qual firmou contrato com a França para receber tecnologia nuclear, está praticamente comprometido. Observe-se os movimentos nas universidades, no Congresso e especificamente, na SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA, SBPC, quando foi feita a abordagem de temas políticos e sobre os "direitos humanos", em sua recente Assembleia Geral.

d) Ultimamente, a revista VISÃO e o jornal "O ESTADO DE SÃO PAULO" voltam a carga contra a empresa estatal, o que se pode verificar pelo editorial intitulado "CALEIDOSCÓPIO POLÍTICO", publicado na edição de 04/7/77 (revista VISÃO) e a seção NOTAS E INFORMAÇÕES de O ESTADO de SÃO PAULO, do dia 12/7/77.

IMPORTÂNCIA DA ENERGIA NUCLEAR PARA O DESENVOLVIMENTO DAS NAÇÕES, ENFATZADA PELA REVISTA "TIME",(edição de 02/5/77 , página 10).

"Se estas nações industrializadas alcançarem o século XXI, sem que modifiquem seus padrões atuais de vida, a energia nuclear parece ser uma necessidade imprescindível. Sem ela, as indústrias fecharão, os empregos desaparecerão, a economia entrará em decadência - talvez causando toda sorte de instabilidade e violência internacional (o que é muito mais grave) do que o temor das forças anti-átomo."

CONCLUSÃO:

Grupos econômicos dos Estados Unidos da América, que operam no campo da energia, ou melhor, indústria nuclear, através da COMISSÃO DE ENERGIA ATÔMICA e COMISSÃO MISTA DE ENERGIA ATÔMICA DO CONGRESSO, estão comandando as pressões sobre o ACORDO NUCLEAR BRASIL- REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA, com o objetivo de impedir que o Brasil obtenha a / tecnologia de enriquecimento e reprocessamento do combustível nuclear. A campanha está programada para se desenvolver do seguinte modo:

a) procurar alterar o acordo, sob o pretexto de evitar a proliferação de armas nucleares;

b) infundir na opinião pública o terror por possíveis acidentes que ocorreriam com a operação de centrais nucleares;

c) combate sistemático às empresas estatais, com o objetivo de impedir a intalação da infraestrutura industrial, para apôio ao desenvolvimento do programa nuclear brasileiro; a campanha contra a empresa estatal que tem como público alvo a classe empresarial, os universitários e os cientistas, está sendo comandada pelo grupo "VISÃO", secundado pelo jornal "O ESTADO DE SÃO PAULO";

d) usando a tática diversionista dos "direitos humanos", procurar a adesão dos universitários, cientistas e parlamentares, para provocar a abertura no Governo, dar poderes especiais ao Congresso, para depois manipulá-lo no interesse de grupos econômicos do exterior;

e) sabotar o desenvolvimento do programa nuclear brasileiro, através pressões e aliciamento de técnicos e pessoal que operam no mesmo e dificultar a implantação da infraestrutura de apôio;

f) ação direta de sabotagem contra instalaçẽs nucleares brasileiras ou e a provocação intencional de acidentes, para produzir a reação da população.

COMENTÁRIO:

A Firma HIDROSERVICE- ENGENHARIA DE PROJETOS LTDA, cujo Diretor-Presidente, SR. HENRY MAKSOUD, é também o responsável pelos editoriais publicados na revista "VISÃO" contra empresas estatais - vem sendo contratada para executar grandes projetos por Órgãos da ADMINISTRAÇÃO FEDERAL DIRETA E INDIRETA. Dentre eles, cita-se o projeto do novo aeroporto internacional do Rio de Janeiro e os trabalhos de consultoria da nova sede do DNER em BRASÍLIA. É estranho que o Diretor-Presidente dessa empresa, tão bem aquinhoada com vultosos contratos na área federal, se empenhe em campanha sistemática contra empresas estatais.

Quando ocupava o cargo de DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DO D.N.E.R. o SR. DAVID ELKIND SWARTZ, foi realizada licitação para contratação dos serviços de consultoria para construção da sede do DNER em Brasília. Saiu vencedora a FIRMA HIDROSERVICE- ENGENHARIA DE PROJETOS LTDA.
Após, o SR. DAVID ELKIND SWARTZ (que é de origem judaica) foi alçado a VICE DIRETOR DO DNER, e é quem comanda o DNER. Aliás, esse servidor, em pouco tempo, saiu do cargo de Chefe de Divisão para o de Diretor de Administração e logo em seguida para o de Vice Diretor Geral.

Há fortes indícios de que empresas multinacionais estão ocupando postos importantes na Administração Federal direta e indireta, através colocação de prepostos seus em tais cargos. Há provas evidentes de elementos notoriamente contrários aos valores da Revolução de 64, os quais estão ocupando cargos importantes da Administração Federal. Há urgente necessidade de se processar criteriosa revisão sobre os ocupantes de cargos no Serviço Público Federal, desde os escalões mais altos até os cargos de direção intermediária, nível onde realmente entra em execução os programas de governo.

Há, também, indícios que elementos ligados ou pertencentes à COMUNIDADE JUDÁICA BRASILEIRA estão sendo colocados, estrategicamente, em postos chaves da Administração Federal. Considerando que a COMUNIDADE JUDÁICA é hostil à Revolução, principalmente, devido à posição brasileira na questão relativa ao SIONISMO, isso é negativo.
Por exemplo, a revista MANCHETE vem desenvolvendo campanha velada contra o Governo, tendo contratado o jornalista DAVID NASSER para, com exclusividade, escrever artigos de fundo político-ideológico. Nesses artigos, dissimuladamente, esse jornalista procura evocar figuras políticas que atuaram imediatamente antes da Revolução, situando-os como vítimas inocentes da Revolução. Na última edição da revista MANCHETE (23/7/77, nº 1.318), esse jornalista escreveu um artigo sob o título "ANISTIA DEPOIS DA MORTE" , onde as figuras dos Srs. JUSCELINO KUBTSCHEK, JOÃO GOULART e CARLOS LACERDA são revividas em tom nostálgico, procurando incutir no leitor que os mesmos foram injustiçados pela Revolução.

XXXXXXXXXXXXXX°°°°°°°°°°°°°XXXXXXXXXXXXX

lites de reconhecimento que sobrevoam a União Soviética. A Divisão de Objetivos é responsável pela seleção das informações recolhidas, mantendo uma relação atualizada dos objetivos inimigos potenciais, além de compilar e publicar a *Bombing Encyclopedia*, compêndio de dados sôbre os objetivos. O A-2 dirige um sistema mundial de adidos através de sua Divisão de Relações Internacionais. Mantém ainda o Serviço de Capacidade Militar e o Serviço de Guerra Simulada na Divisão de Avaliação de Ameaças do Subdepartamento de Alerta e Avaliação de Ameaças.

COMISSÃO DE ENERGIA ATÔMICA (AEC)

A AEC é responsável pela elaboração de estimativas sôbre o potencial de armas atômicas da União Soviética e das demais potências nucleares. Desde 1948 os Estados Unidos mantêm um serviço permanente de exame atmosférico para descobrir partículas radioativas derivadas de testes atômicos. As amostras são coletadas por aparelhos U-2 e outros aviões que voam a grande altitude. Pela análise de tais amostras, a AEC pode determinar não apenas a ocorrência de explosões atômicas, mas também o tipo e poder dos artefatos empregados. A AEC também desempenha papel importante na avaliação das propostas relativas à proibição de testes. Promove experiências intensivas sôbre os meios de ocultar a realização de provas atômicas e maneiras de contornar os recursos de dissimulação engendrados por outras nações.

Devido à lei que a criou e a sua íntima relação com a Comissão Mista de Energia Atômica do Congresso, a AEC é um dos ramos mais independentes do Govêrno Invisível. Uma das advertências finais de Eisenhower a Kennedy foi a seguinte: "Você pode dirigir muitas coisas por aqui. Mas uma que não vai poder controlar é a AEC."

DEPARTAMENTO FEDERAL DE INVESTIGAÇÕES (FBI)

Como órgão investigador do Departamento de Justiça, o FBI é responsável, entre outras funções, pela captura de espiões. Nesse setor de suas atividades — contràriamente ao que ocorre com relação às investigações criminais convencionais — o FBI é uma agência de informações e, como tal, faz parte do Govêrno Invisível. O assistente de J. Edgar Hoover, Diretor do FBI, é

membro da USIB e o Departamento tem um agente de ligação que trabalha diàriamente na sede do CIA, em Langley.

A tarefa de contra-espionagem pròpriamente dita é conduzida pela Divisão Número 5 do FBI, cujas atividades são cercadas de grande sigilo. Trata-se da Divisão de Informações Internas, chefiada por William C. Sullivan, encarregada dos casos de espionagem, sabotagem e subversão.

Em Miami, Nova Iorque e Washington há agentes do FBI permanentemente dedicados à contra-espionagem. Existe um supervisor para assuntos de informações em cada um dos cinqüenta e cinco escritórios do FBI no país. Agentes que se ocupam normalmente de investigações criminais comuns são designados para casos de espionagem quando necessário.

Cêrca de vinte por-cento dos 650.000 casos investigados pelo FBI em 1963 consistiram de questões de espionagem e segurança interna, embora a cifra exata seja matéria sigilosa.

"No curso dos anos," — disse Hoover perante uma comissão do Congresso, em 1962 — "nenhum setor da vida americana estêve imune às tentativas de espionagem do bloco soviético. Os soviéticos tentaram obter tôda espécie de informações. Os objetivos abrangeram tudo, particularmente fotografias aéreas e mapas de nossas principais cidades e áreas vitais, dados relativos à organização de nossas fôrças armadas e seus programas de treinamento, bem como informações técnicas, sigilosas ou ostensivas, sôbre armas nucleares, aviões, navios e submarinos. De grande interêsse para os soviéticos são as informações referentes às bases militares dos Estados Unidos, inclusive bases de lançamento de projéteis e instalações de radar. Êles tentaram penetrar em nossas mais vitais organizações de informações e contra-informações". (5)

Embora Hoover não o dissesse, algumas dessas tentativas de infiltração eram controladas pelo *Departamento Nove* da KGB, divisão da polícia secreta soviética que mantém arquivos sôbre os emigrados russos.

Em 1963, o FBI desbaratou uma operação do Departamento Nove em Washington. Tudo começou a 6 de abril, quando um cidadão soviético chegou aos Estados Unidos com documentos que o identificavam como *Vladimir Gridnev*, de quarenta e nove anos, empregado temporário da Embaixada soviética.

Tratava-se de um nome falso. Em verdade, *Gridnev* fôra levado para Washington pela KGB, a fim de tentar recrutar seu irmão, um desertor soviético que trabalhava para o CIA.

TERÇA-FEIRA, 12 DE JULHO DE 1977

NOTAS E INFORMAÇÕES

As palavras e os atos

Em política e em economia não há meio termo: ou optamos pelo regime capitalista e tentamos criar, com base na sua estrutura, as bases para o liberalismo, que faz do indivíduo e das suas vocações o vértice da sociedade — vértice que se poderia definir como ponto de intersecção de vetores essenciais para a natureza do homem, como a liberdade —, ou capitulamos diante da concepção de que cabe ao Estado conduzir esse mesmo homem, impondo-lhe o pensar e o agir, coagindo sua natureza libertária sob a justificativa de que tal constrangimento é indispensável para que no corpo da coletividade possa prevalecer a justiça que o individualismo tende a obstar. Aceitamos a livre condição do indivíduo, com todas as suas virtudes e falhas, ou escolhemos a prevalência do Estado, a qual tanto pode fazer-se sentir abruptamente, pela ruptura social e política, como pode vir a ocorrer por osmose, com a mentalidade e os atos estatizantes invadindo e apossando-se lentamente da estrutura da sociedade.

Inclui-se nesta última condição a sociedade brasileira, que se transfigura, de tal maneira que tememos seja já irreversível, no sentido do predomínio estatal, a despeito de todas as afirmações contrárias que amiúde fazem aqueles que aparentemente detêm o poder. Tudo indica que a inércia do processo desencadeado no passado, a pretexto de vencer obstáculos e de suplantar períodos de lenta maturação, não mais nos permitirá a retomada de um processo econômico fundamentado no capitalismo democrático — como o entendemos e o explicamos no início deste comentário — capaz de fazer valer, em benefício da coletividade, todas as forças vivas que se poderiam manifestar na mente e no corpo dos indivíduos, se a elas não se contrapusessem os fatores cerceantes peculiares ao pensamento e ao modo de agir dos que já se comprometeram com a condição estatal. Esse comprometimento, por seu lado, tanto pode ser consciente como prevalecer de maneira subreptícia na mente do indivíduo, influindo nas suas opções e nos seus atos.

É possível, portanto, que uma coletividade, supostamente conduzida no rumo da livre iniciativa, acabe sendo levada para uma irreversível predominância do Estado. Talvez estejam contidos, nessa falta de percepção da natureza do caminho trilhado, os maiores riscos hoje enfrentados pela sociedade brasileira, que tem como um dos condutores de seus destinos personalidade que sobe à tribuna para afirmar que "a oposição se propõe, simplesmente, além da infra-estrutura, a estatização de setores como os dos insumos básicos, dos bens de capital, dos bancos e do comércio exterior. É o capitalismo de Estado, de forma bem ampla".

Tais palavras servem de introdução ao assunto que nos dispomos a comentar nesta nota. O autor dessas afirmações, como outros membros do governo, não se apercebeu de que aquilo que aponta como objetivo da oposição é justamente o que ele e os seus pares semeiam e colhem no dia a dia da administração federal. Semeiam e colhem — convém insistir — de maneira nem sempre consciente: o presidente da República, para citar o mais expressivo exemplo, pode reafirmar repetidas vezes que o empenho do seu governo é no sentido da limitação do poder estatal e do apoio à livre empresa, mas chegamos a um ponto em que o próprio chefe do governo não é livre para decidir acerca desse assunto, que hoje interessa de perto a um número imenso de cidadãos, funcionários públicos e membros de poderosíssimos conglomerados estatais.

A crescente influência dessas empresas públicas, nas mais altas decisões de Estado, somente poderia vir a ser sustada se os governantes se compenetrassem da necessidade de fortalecer imediatamente, de maneira ostensiva e irrestrita, o mercado de capitais. Mas, não o mercado de capitais como o conhecemos no Brasil, capsulado, privilégio de alguns — muito mais jogadores do que aplicadores, no sentido mais rigoroso da expressão —, desconhecido nas suas vantagens e nos seus riscos, mas sim um mercado de capitais confiável e disseminado, que constitua a base e a essência do capitalismo democrático. E, justamente por falarmos em capitalismo e na sua condição democrática, vale a pena relembrar o que ocorreu no país onde essa forma de pensar e de agir medrou com mais viço, os Estados Unidos, cujo produto nacional bruto de 1,69 trilhão de dólares representa nada menos de 30% da soma dos PNBs dos 49 países mais ricos do mundo. Atualmente, as grandes empresas norte-americanas pertencem a milhões de investidores particulares independentes e, também, aos fundos de pensão dos sindicatos, que pouco a pouco se tornam co-proprietários das maiores organizações empresariais do país, aplicando recursos arrecadados de seus associados. Dessa maneira, incipiente ainda, mas digna já da atenção e do estudo de políticos, sociólogos e economistas de todo o mundo, é a classe operária que se beneficia dos frutos do seu próprio labor, isto é, como convém frisar aos adeptos da revolução marxista, é a classe operária norte-americana, fundida como classe média e como proletariado, aquela que acaba ficando com o correspondente à mais-valia da sua relação de trabalho com o empresariado.

Se a Revolução de março pretender, como quiseram os que a deflagraram, preservar e engrandecer a democracia no Brasil, o fundamento de qualquer política econômico-financeira deverá ser, portanto, o fortalecimento do mercado de capitais, feito de maneira aberta, com base na conscientização popular do significado da ação como célula da empresa, como *volante* — insistimos nesta expressão para dar ao nosso pensamento a ênfase que desejamos e para significar a imprescindível popularização — da parceria que o investidor passaria a ter nos riscos e nos benefícios das empresas.

Em um próximo comentário procuraremos mostrar aos que nos lêem a que está reduzida a genuína economia brasileira, esmagada sob a pressão estatizante exercida tanto por brasileiros que desejam como por brasileiros que declaram não desejar o predomínio do Estado. E iremos demonstrar que, no rol dos 49 países mais ricos do mundo, os dezesseis primeiros têm forma de governo estabelecida com base no capitalismo e na liberdade.

editorial

Cadeia de equívocos

O fenômeno da estatização que assola o país não é uma novidade. Recrudesceu nos últimos anos, mas de longa data é registrado na história econômica brasileira. Embora a Constituição estabeleça o primado da iniciativa privada, a ação estatizante no país se desenvolve quase inconscientemente. Nossa sociedade parece não ter ainda adquirido uma noção perfeita do significado da democracia nem uma compreensão bem definida do regime econômico que se baseia na iniciativa privada. Essa timidez do espírito democrático e privatista do povo brasileiro é, na verdade, a grande abertura por onde se esgueiram ou se avolumam as ondas menores ou maiores do estatismo.

Essas ondas são formadas pelo movimento dos que se dizem objetivos, pragmáticos e que justificam a ação do Estado com a suposta falta de iniciativa de empreendedores privados. Se a empresa privada não se faz presente, o Estado deve tomar a frente. A esses vêm somar-se os nacionalistas xenófobos. Para eles, ainda que democratas e privatistas, melhor é a estatização da economia do que o seu domínio pelo capital estrangeiro. Este, por seu turno, não se preocupa com o processo estatizante, enquanto não é atingido diretamente, e até tira proveito da estatização, pois muitos homens responsáveis geralmente desprezam a idéia de estimular, para novos projetos, o surgimento de empreendedores brasileiros ou apoiar a empresa nacional que se desenvolve, preferindo o caminho simplista de lançar mão de organizações alienígenas. As manifestações de empresários brasileiros, do setor da indústria de bens de capital, nesta edição, sugerem a existência dessa outra modalidade de ação predatória contra a iniciativa privada.

HENRY MAKSOUD

E, nos momentos em que as empresas privadas nacionais atravessam crises, o empresário estrangeiro imediatamente se apresenta para absorvê-las, oferecendo capital ou facilidades tecnológicas. Exemplo típico é o da indústria automobilística, em torno da qual floresceu inicialmente todo um parque fabril nacional de autopeças, posteriormente absorvido numa ocasião de crise. Extinguiu-se um rico veio do capitalismo nacional que poderia vir a constituir um dos esteios do privatismo no país e, mesmo, da longevidade privada da indústria-núcleo estrangeira. Desnacionalizando, o capital estrangeiro aguça ainda mais aquilo que, na aparência, é nacionalismo sadio, mas que na essência é estatismo.

A onda a favor das empresas do Estado é engrossada, assim, pelo próprio desempenho da empresa estrangeira, que não está preocupada com a doutrina econômica dominante no país, mas apenas com os proventos que possa tirar de um mercado que julga crescente e que procura tornar cativo através de proteções aduaneiras e outros favores governamentais.

Estatização e desnacionalização, caminhando juntas, vão alijando a empresa nacional do mercado, desestimulando o empreendedor nacional, que se retrai, vendo riscos acima dos que pode correr e sentindo o clima que não lhe é propício. Poderá chegar o dia, então, do confronto final entre as empresas estatais e as transnacionais ou multinacionais. Quando esse confronto ficar bem caracterizado, é óbvio que a empresa estatal predominará, inclusive devido a razões nacionalistas fáceis de entender. A desnacionalização acabará em total estatização.

A onda estatizante é avolumada, ainda, por outros que também agem equivocadamente. São parcelas expressivas das chamadas esquerdas que contestam os regimes fortes, propugnam por liberdade de expressão, condenam a censura, defendem a democratização ou socialização dos benefícios, clamam pela melhor distribuição de renda e, simultaneamente, defendem a estatização total da economia, uma posição de economia fechada que sempre vem acompanhada de uma situação política fechada, totalitária. Essas mesmas forças também se equivocam quando, ao tomar a defesa do nacionalismo, confundem empresa estatal com empresa privada.

Para os que não se equivocam, pois militam ideologicamente, seu objetivo maior é realmente, através do estatismo, a implantação de um regime político exótico que nem a sociedade brasileira nem seus governantes estão buscando. É uma minoria, utilizando o diversionismo, oferece o flanco da subversão para ser combatido, desviando a atenção do plano econômico, que vai sendo paulatinamente conquistado dentro de uma estratégia global.

Equívoco maior comete outra expressiva parcela da sociedade brasileira que, condenando a pobreza e a injustiça, termina por engrossar as fileiras dos que lutam contra a empresa privada, buscando um regime socialista utópico que acaba sendo um passo para uma situação política incompatível com suas aspirações, princípios e idéias.

Neste emaranhado de equívocos, produzido ao longo dos anos, vive hoje o Brasil. Essa cadeia de equívocos precisa ser desfeita para que não tenhamos a iniciativa privada nacional atacada pelas forças de esquerda, pelo capital estrangeiro e pelo próprio Estado.

Progresso tecnológico sem raízes

Com o acordo nuclear, voltou ao noticiário dos jornais, com maior intensidade e destaque, a questão da "transferência de tecnologia". O debate em torno do assunto é de alta conveniência para os interesses nacionais, pela importância que tem, para o desenvolvimento, a criação de uma base tecnológica dentro do país. Infelizmente, porém, o tema, na maioria das vezes, vem sendo abordado parcial ou unilateralmente, quando não de forma distorcida. E, no debate que o acordo reabriu, também é constrangedor perceber-se claramente a frustração dos técnicos e cientistas brasileiros por não participarem, mais uma vez, de um processo que busca o desenvolvimento tecnológico nacional, conforme manifestações colhidas na recente Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência.

Nesse debate surgem opiniões segundo as quais a transferência pode limitar-se à "compra" de tecnologia estrangeira que, ingressando no país, passa a ser utilizada com proveito, contribuindo para gerar mais empregos e incrementar o produto nacional bruto através das novas indústrias implantadas com o *know-how* importado. Mero engano. Esta concepção simplista e imediatista do problema é que mantém o país no estágio do subdesenvolvimento. A política de simples compra de tecnologia não só acarreta a dependência dos conhecimentos vindos do exterior, como expõe o país ao risco de importação de *know-how* já ultrapassado, geralmente acompanhado de equipamentos e maquinaria obsoletos; dependência essa prorrogada sem limites, na medida em que se adota indefinidamente essa política, pois, toda vez que se faz necessária a tecnologia, o recurso é recorrer novamente ao exterior. Essa dependência faz também com que as universidades e os institutos de pesquisa fiquem à margem do processo produtivo nacional, pois, não havendo solicitação de pesquisas aplicadas e de desenvolvimento de produtos e/ou processos, aquelas entidades tendem a restringir-se à pesquisa puramente acadêmica, quando muito.

Não basta admitir, porém, que a importação dos "pacotes" tecnológicos é inconveniente. Nem basta aceitar que não se faz a transferência de tecnologia pela aquisição de instalações completas de indústrias, usinas, sistemas eletrônicos, etc., para serem montadas no país, sob a gerência e técnica de fora. É preciso compreender por que o "pacote" é inconveniente e como se dá realmente a tão comentada transferência.

Tecnologia é, fundamentalmente, conhecimento desenvolvido na prática, acumulada por quem faz, armazenada em "cabeças". Não está em compêndios. Se ela vem eventualmente, em caráter precário, com pessoal estrangeiro que temporariamente entra em contato com gente local, dificilmente é transferida. Mesmo que enriqueça a bagagem de conhecimentos de técnicos do país receptor, não os dota da capacidade de criar. Ainda mais porque os que recebem o novo *know-how* geralmente não estão efetivamente integrados na atividade de fazer, mas na de conservar e operar, ou apenas na de acompanhar e dar suporte a quem realmente faz.

Essa errônea e infrutífera política de transferência de tecnologia deixa marginalizada ou em posição secundária também a consultoria de engenharia, a quem estão afetas as atividades de planejamento, engenharia de projeto, de processo e de produto e a administração da implantação de empreendimentos industriais e de infra-estrutura. Nessas atividades de alto nível intelectual e criativo, entretanto, se desenvolvem a capacidade de saber fazer e a capacidade gerencial, as duas molas propulsoras do desenvolvimento econômico. Os efeitos da atuação desse ramo da engenharia se irradiam e se multiplicam por todos os setores da economia nacional e são também retroativos seqüencialmente, estimulando a pesquisa básica nas universidades e institutos. E são exercidas, hoje, ante a complexidade do mundo moderno, por empresas privadas devidamente organizadas, onde se somam os conhecimentos e experiências em equipes multidisciplinares, porquanto já não é possível ao indivíduo, isoladamente, deter o volume de informações técnico-científicas disponível e necessário a todo e qualquer empreendimento.

Segundo o professor Alec Cairncross, da Universidade de Oxford, "tecnologia não é mágica e sua transferência entre dois países não se pode fazer como se empresta um livro, sendo indispensável que o país receptor tenha uma infra-estrutura apropriada para aplicar as inovações. O desenvolvimento do potencial tecnológico exige muito mais do que estudo, uma vez que procede, como tantas outras habilidades, da prática, e a maior parte do aprendizado tem que ser feita pela realização e não apenas pela leitura".

O Brasil dispõe dessa infra-estrutura: universidades e institutos de pesquisa, empresas de consultoria de engenharia organizadas e experientes e um dinâmico parque industrial. Poderia, portanto, receber com maior proveito contribuições efetivas para o desenvolvimento de uma tecnologia nacional.

É preciso, porém, que toda essa infra-estrutura seja estimulada, dinamizada e aproveitada. Essa providência, entretanto, parece não estar nas cogitações de muitos funcionários do Estado, que não desejam interferências em seus esquemas de poder e prestígio político... Assim, todos os que não estão no esquema estatal provavelmente ficarão olhando por cima do muro, participando apenas esporadicamente ou em trabalhos secundários e vendo o progresso tecnológico realmente nacional ser postergado, deixado para outra oportunidade, para outras gerações, talvez.

Se o debate que se trava, mesmo com as distorções e erros, chegar a tempo de corrigir esse estado de coisas, terá sido altamente profícuo e de grande utilidade ao país.

HENRY MAKSOUD

editorial

Democracia indefesa

"Para quê uma guerra atômica, se nos últimos trinta anos o mundo ocidental não fez outra coisa senão desintegrar-se, em um processo que continua e do qual os comunistas tiram suas vantagens?" Esta pergunta foi levantada pelo escritor dissidente soviético Aleksandr Solzhenitsyn, ao receber as chaves da cidade de Nova Iorque das mãos do prefeito Beame. Na opinião do combativo adversário do regime soviético, "o Ocidente já está caindo pedaço por pedaço, país por país, nas mãos dos comunistas". O escritor referiu-se também aos recentes acontecimentos em Portugal, onde a democracia nem bem se firmara e já começou a ser estrangulada.

James Reston, de "The New York Times", apontando exemplos da França, *Inglaterra, Itália, Portugal e Estados* Unidos, reconhece também que a democracia está em sérias dificuldades, numa época de dúvida generalizada sobre *a capacidade das sociedades* livres de enfrentarem os problemas econômicos, políticos e filosóficos dos tempos atuais.

Há cerca de um mês, a líder do Partido Conservador, Margaret Thatcher, referindo-se ao crescente grau de estatização na Inglaterra (VISÃO, 21-7-75), afirmou que "existe uma crença cada vez mais difundida de que a liberdade é divisível, de que seria possível termos liberdade política e escravidão econômica, de que seria possível preservar a liberdade intelectual e destruir a independência comercial, de que seria possível lutar pela liberdade de expressão acabando com a liberdade de empresa. Não existe mito mais perigoso, porque uma vez que o Estado controla os meios de produção, distribuição e intercâmbio, todos nos tornaremos dependentes dele. Toda a nação se tornará dependente das decisões da burocracia e dos políticos". E continuou: "Se o Estado é a única fonte de capital, então somente as idéias, as pessoas e os objetivos aprovados pelo Estado podem conseguir o dinheiro para o desenvolvimento. Se o Estado é a única fonte de recursos, então, somente os que desposam as mesmas causas, os mesmos ideais do Estado, os que praticam os mesmos atos de misericórdia é que podem levantar o dinheiro de que necessitam. Se o Estado se tornar o único empregador, onde estará a verdadeira liberdade de escolha para o empregado? Se o Estado é o único construtor de habitações, onde é que o locatário pode procurar uma alternativa para morar? Se o Estado é o único acionista, onde o diretor, o gerente ou o trabalhador poderão buscar apoio independente?".

Essas, como outras manifestações que também poderiam ser colhidas nos órgãos de divulgação de todo o mundo, mostram que sérias dificuldades envolvem os países que vivem no regime da propriedade privada e liberdade empresarial.

De fato, esses países, envolvidos num misto de perplexidade e imobilidade, parecem sentir a falta da liderança americana da qual se fizeram dependentes.

Sem atentar para as substanciais alterações introduzidas no mundo moderno, das quais os meios de comunicação são exemplos e instrumentos, as principais nações do mundo democrático persistem na política de empreender seu próprio desenvolvimento sem considerar os reclamos das que despertam para o progresso.

As reivindicações dos países fornecedores de matérias-primas, por exemplo, se arrastam, sem solução, anos a fio. As dificuldades impostas à entrada de produtos oriundos de países em desenvolvimento também se sucedem. Enquanto isso, os meios de comunicação levam a todas as partes do mundo as diferenças gritantes de padrão de vida entre os povos. Com esse procedimento, aquelas nações não só criaram áreas de atrito e até antagonismos como deixaram de atrair para o regime democrático povos praticamente amorfos do ponto de vista ideológico e, às vezes, sob ditaduras ou regimes oligárquicos. Vendo aprofundar-se o fosso entre desenvolvidos e subdesenvolvidos, o mundo democrático praticamente deixou a uma enorme faixa do globo a alternativa do ingresso numa das versões do socialismo-marxista, como perspectiva ilusória para alcançar mais elevados estágios de desenvolvimento.

Enquanto isso, os comunistas, sempre com espírito revolucionário, saíam à guerra de conquista, em moldes atualizados, arregimentando forças, adestrando os membros atuantes, combatendo os regimes ditatoriais "de direita" e oferecendo idéias objetivas bem definidas. Evidenciando defeitos nas estruturas políticas, administrativas e sócio-econômicas de vários países e imputando-os ao regime econômico aberto, conseguiram ampliar o número de simpatizantes e adeptos que, em vários lugares, foram suficientes para a conquista do poder.

Entre as armas mais utilizadas nessa guerra de conquista destacam-se os meios de comunicação, utilizados direta ou indiretamente. Os recentes acontecimentos em Portugal, da tomada de empresas jornalísticas, e os chamados "materiais subversivos" conhecidos em vários países, inclusive no Brasil, são exemplos da ação direta no campo das comunicações. A ação indireta, porém, é a mais eficaz. Bloqueando as informações no âmbito de suas sociedades, deixam sair para o mundo exterior apenas o que lhes convém, evitando a disseminação dos erros e desacertos de seus governos e não permitindo a ampla divulgação de suas mazelas. Com essa política, conseguem fazer com que a maioria dos jornais do mundo alimentem seus leitores com notícias, na sua quase totalidade, do lado capitalista privado. O sistema democrático é apresentado, então, em toda a sua nudez, a todo o mundo, enquanto o socialismo-marxista é levado às sociedades indefinidas, como a nossa, com roupagem e disfarces. A estatização, por exemplo, é defendida porque "é muito fácil fazer crer que punindo os que criam a riqueza é possível aliviar os sofrimentos dos pobres". E tão arraigado está esse hábito no meio jornalístico que, hoje, há como que um receio ou vergonha entre muitos profissionais de fazer a abordagem de um assunto ou de uma tese favorável ao regime da empresa privada.

A responsabilidade dos órgãos de divulgação, por conseguinte, no confronto que ora se estabelece entre a iniciativa privada e o capitalismo de Estado, é muito grande. Maior ainda deve ser na reação vigorosa que precisa ser encetada para que se restabeleça a verdade na avaliação dos êxitos e insucessos de ambos os regimes. Não se pretende que as informações sejam conduzidas no sentido de fazer pender arbitrariamente e tendenciosamente o braço da balança para um lado. Deseja-se, porém, que a verdade seja restabelecida e que, mostrando também o lado bom do mundo democrático, se corrija essa impressão de falência da economia privada. VISÃO já está engajada nesse movimento de reabilitação e defesa da livre empresa, dentro de um verdadeiro espírito jornalístico.

HENRY MAKSOUD

editorial

A operacionalidade da desestatização

HENRY MAKSOUD

O presente editorial acrescenta mais uma contribuição ao esforço de esclarecimento que empreende VISÃO para fortalecer a empresa privada nacional, concorrendo desse modo para abrir caminhos construtivos e conseqüentes, os quais livrem a sociedade brasileira das tenazes do falso dilema desnacionalização "versus" estatização.

Essa contribuição se insere no contexto da ação que, na atualidade, empreende o poder público para conter a inflação em níveis toleráveis e obstar a perda de dinamismo da economia nacional, protegendo a sociedade brasileira da enfermidade contemporânea que golpeia diversos países, qual seja, a coexistência da inflação aguda com a paralisação do crescimento econômico.

Em tais condições, o fortalecimento multilateral da iniciativa privada nacional concorrerá, indubitavelmente, de modo poderoso, não só para alcançar objetivos duradouros do desenvolvimento nacional como para afastar a ameaça emergente do binômio inflação—estagnação.

A independência com que os americanos abordam seus problemas, nos órgãos de divulgação, em geral desperta a admiração de outros povos, mesmo daqueles que não nutrem simpatias pelos EUA. Críticas contundentes a instituições, a pessoas e até ao Governo chegam a ser exportadas sem cerimônia para os órgãos da imprensa escrita e falada de outros países, deixando leitores e ouvintes em um misto de perplexidade e entusiasmo. Essa enorme liberdade é muito apreciada no mundo inteiro, especialmente nas áreas mais intelectualizadas, mais sensíveis aos ideais de livre pensamento e livre expressão. Menos atenção, porém, desperta uma outra característica da nação americana, embora intimamente relacionada com o espírito de liberdade para o qual é peça fundamental: o respeito e o apoio à livre iniciativa, fundamento da prosperidade dos EUA.

Escrever sobre essa característica básica daquela nação do hemisfério norte já não se constitui em novidade, especialmente para o habitual leitor de jornais e revistas. Nem mesmo deve ser coisa nova falar sobre a orientação da NASA — National Aeronautics and Space Administration, no desenvolvimento de seu programa espacial. É oportuno, entretanto, enfocar certos fatos, às vezes marginalizados, para utilizá-los na interpretação ou na análise de questões do momento.

O *U.S. Government Manual*, ao definir as funções da NASA e apresentar sua organização, sede, instalações e pessoal, estabelece textualmente que os diretores dos centros da NASA e de outras instalações são responsáveis pela execução dos programas espaciais, **"na maioria desenvolvidos através de contratos com empresas do setor privado"**. Uma grande e diversificada gama de atividades de pesquisa e desenvolvimento é conduzida nos centros da NASA por cientistas, engenheiros e técnicos do Governo para avaliar novos conceitos e fenômenos e para adotar as providências necessárias à **administração dos contratos com as empresas privadas.**

Embora a conquista do espaço fosse uma atividade tipicamente pioneira e que envolvia somas fantásticas de recursos, o Governo americano não a restringiu à intimidade da área governamental, mas abriu-a, como de hábito, ao setor privado. Aliás, nem o Governo nem a empresa privada tinham antes ido à Lua.

No Brasil, as coisas se passaram de maneira bem distinta. Homens da área estatal, além de monopolizarem as iniciativas pioneiras, alargaram suas áreas de atuação e invadiram campos que deveriam ter sido destinados com exclusividade ao setor privado nacional. A este setor não se criaram, em obediência à Constituição, estímulos e apoio suficientes para, pelo menos, esboçar contraposições eficazes a esse estado de coisas. As primeiras medidas adotadas, por exemplo, nas últimas décadas, em relação aos programas hidroenergético, siderúrgico, petrolífero, petroquímico, de telecomunicações, mineração, transporte marítimo, rodoviário, metroviário, ferroviário, de energia nuclear, eletrônica, etc., denotam uma preocupação de circunscrevê-los, ao máximo, à área governamental, sendo usuais os casos em que empresas estatais e entidades da administração direta se desviam de suas atividades-fim para crescer desmesuradamente às custas da execução direta de atividades-meio. A crescente consciência para esse problema fez com que VISÃO, vários órgãos da imprensa, homens do setor privado e, mesmo, representantes do Governo (ver, a propósito, o discurso do ministro Velloso na Escola Superior de Guerra, a 11 de agosto de 1975) apontassem exemplos notáveis desses desvios em que entidades estatais, realizando "incursões indevidas", se transformam em empresas concorrentes de organizações privadas, produzindo e executando serviços e obras que deveriam contratar com particulares.

O Estado concentra os recursos financeiros, canaliza-os para seus cofres e empreende, sob a alegação de que não há capital privado para investir de acordo com as necessidades do desenvolvimento nacional. Não vê, porém, que não há capital porque ele está com o Estado, inclusive a poupança privada.

Os próprios governantes, entretanto, sentem que o caminho que está sendo trilhado pelo país não é o que mais consulta aos interesses nacionais. Sentem que é preciso viabilizar o desenvolvimento do sistema privado através de medidas em que o Estado não interfira indevida e indiscriminadamente. Não é fácil, porém, reverter o processo da estatização, mormente quando já bastante acelerado e aprofundado.

É necessário, entretanto, iniciar a reversão, quanto antes. E uma das primeiras medidas a adotar é não punir aqueles que se manifestam clara e abertamente (é impressionante o clima de temor que rodeia toda discussão sobre o tema) contra o processo de estatização, nem reagir com boicotes, nem permitir a discriminação e a pressão econômica. É preciso para isso, antes de tudo, que muitos dos agentes do Estado operem com o mais aberto espírito público, evitando que seus interesses e preferências predominem.

Desencorajando a crítica construtiva, enfraquece-se o Governo, que só é forte quando conta com a participação efetiva da opinião pública nacional e com a contribuição de todas as forças vivas da nação.

A reversão que se pretende não poderá ser feita, naturalmente, de uma só vez. Há de ser progressiva, porém firme. Impedindo a formação de novas empresas estatais em áreas de alçada da iniciativa privada e principalmente esvaziando as organizações que estão fugindo às suas atividades-fim para exercer funções que podem ser delegadas aos particulares.

Naturalmente, poderá haver uma preocupação nas áreas governamentais quanto ao aproveitamento do excedente dos recursos humanos que naturalmente se formará nas repartições e empresas do Estado quando da reversão. Esse excedente, porém, será certamente aproveitado nas empresas privadas que passarão a exercer as funções transferidas. Mesmo com a maior eficiência das organizações particulares, não haverá desemprego, pois, em compensação, a dinamização dos serviços e obras, abrindo novas áreas de trabalho, deverá forçar a maior mobilização de pessoal. Agora mesmo [illegible]om a legislação que permite a [illegible]gem recíproca do tempo de ser[illegible]o Estado e na iniciativa priv[illegible]ai- fácil será a transferên-ci[illegible]cursos humanos de uma área [illegible]utra.

Se, ao lado dessas medidas, o Governo também procurar apenas "bancar o jogo" das oportunidades, não se arvorando em empreendedor único para movimentar os depósitos que lhe são confiados, mas usando-os para comprar bens e serviços a quem demonstra, no setor privado nacional, capacidade e potencial para empreender, então estaremos iniciando um movimento de abertura estimulante da economia para a iniciativa privada.

Até que se consiga privatizar amplamente o sistema econômico [illegible]conforme previsto no artigo 170 [illegible]ossa Constituição, é possível [illegible]eçar a abri-lo com o que aí está, utilizando, como exemplo, a entidade criada nos EUA para atividades pioneiras no espaço cósmico. A NASA, em seus programas espaciais, tem tido como aliados, entre contratados e subcontratados, milhares de empresas privadas americanas, o que, além de manter milhões de empregos, permitiu a aquisição e a difusão de novos conhecimentos tecnológicos que favoreceram enormemente não só as condições de competitividade dos produtos americanos no mercado internacional mas também as condições, custos e qualidade da vida nos EUA.

Aqui, desde que se queira dar operacionalidade ao processo de desestatização, podemos fazer com que todos os programas de ação do Governo, principalmente naqueles setores classificados como de atuação direta estatal, tais como os de energia, transportes, comunicações, mineração, siderurgia e atividades de educação, saúde, previdência social e finanças, sejam realizados, a partir de agora, com o mínimo de atuação direta do Estado, que deverá delegar tudo aquilo que não for estritamente atividade-fim a empresas privadas nacionais capacitadas e, na eventual ausência delas, estimular, com vontade, o seu aparecimento.

As organizações estatais não mais cresceriam e em muitos casos seriam reduzidas naqueles setores não ligados diretamente aos seus estritos objetivos finais.

Muitas dessas organizações não teriam mais que algumas dezenas ou centenas de empregados em lugar dos muitos milhares de que hoje dispõem, pois a função precípua do Governo não é executar; é decidir e promover a execução, contratando, custeando, financiando a realização daquilo que lhe compete.

Agora mesmo, sem nenhum trauma ou estardalhaço, algo nesse sentido está sendo realizado no âmbito da CHESF — Companhia Hidro Elétrica do São Francisco. Criada em 1948, chegou a ter mais de 19 mil funcionários e realizava, até há pouco, diretamente, quase tudo, desde as construções até a operação, com pessoal próprio, de farmácia, hospital, padaria, supermercado e fazenda, mantendo seu quadro, sem reduções, mesmo nas baixas de serviço. A atual administração, com o apoio do Ministério das Minas e Energia e da Eletrobrás, vem promovendo, no processo de desinchação, a melhoria da eficiência, atribuindo a empresas privadas, cada vez mais, inúmeras atividades-meio, já conseguindo reduzir o número de funcionários de 19.289, em junho de 1974, para os 13.800 atuais. E isto em uma região como o Nordeste, onde a CHESF ainda é considerada como uma das poucas "braúnas" sob a qual todos desejam acolher-se.

Para dar operacionalidade ao processo, porém, é preciso também reabilitar o conceito de lucro, uma das barreiras ao desempenho da iniciativa privada nacional. Ainda persiste, contra o lucro, o preconceito cujas raízes vêm da Antigüidade. É comum ouvir-se, de funcionários públicos, que não adquirem bens, serviços e obras porque no preço estão pagando lucros. Outros não querem assumir a responsabilidade de delegar a particulares nacionais o fornecimento de bens, serviços e obras, porque assim o fazendo estão escolhendo uma pessoa física ou jurídica para receber lucros. Ficam constrangidos em pagar lucros e, para evitar o constrangimento, preferem realizar diretamente aquilo de que necessitam ou comprar de outras organizações estatais ou até mesmo de firmas estrangeiras. Ou então atribuem aos particulares nacionais, aos pedaços, as tarefas menos nobres e pelas quais encontram justificativa para pagar.

Extirpando o preconceito contra o lucro, evitando a criação indiscriminada de empresas estatais, delegando mais e mais atribuições à iniciativa privada, dedicando-se estritamente às suas atividades-fim e limitando-se ao papel de agente decisor e promotor da execução do que pretende, dando ensejo ao surgimento de novos empreendedores e fortalecendo as empresas nacionais existentes, o Governo certamente encontrará um dos caminhos mais seguros para dar novo ânimo e garantir auto-sustentação à economia nacional. ●

PROTESTING THE SPECTER OF A "PLUTONIUM ECONOMY"; ABOVE, FAST-BREEDER REACTOR

NUCLEAR POWER/COVER STORY

Learning to Live with a Dangerous Gift

Two decades ago, nuclear energy seemed to hold the promise of a new Golden Age. Few, of course, would soon forget the tall, poisonous clouds over Hiroshima and Nagasaki that in 1945 first brought the awesome power of the atom to world attention. But in the 1950s the U.S. spoke reassuringly of "atoms for peace." Nuclear explosives, it was predicted, would accomplish creative rather than destructive tasks; Project Plowshare (named for the prophecy in *Isaiah:* "They shall beat their swords into plowshares") envisioned the bomb as a gargantuan tool that would bore tunnels through the mountainside, chisel canals across the continents and gouge safe harbors out of dangerous coastlines. The grandest dream of all was nuclear power. Harnessed and domesticated into a rich new source of energy, the forces of the atom would fuel the millennium —erase poverty, eradicate hunger, promote peace among mankind.

Atom Angst. Now the nuclear reactor is a reality—and a harrowing, as well as a helpful presence. Not counting research reactors, there are today 194 nuclear-power reactors operating in 20 countries. By 1985, if construction continues as now planned, there will be more than 600 power reactors in at least 39 countries. Sleek, smokeless shapes in the landscape, they will fuel the future without dipping into the world's fast-dwindling reserves of oil. Yet these superautomated plants have become stunningly expensive servants: the average reactor ordered today will cost up to $1 billion. For many people, moreover, the financial burdens of "going nuclear" pale beside the environmental and psychological costs of doing so. They are gripped by what some observers call "atom angst." Says Pierre Strohl of the O.E.C.D.'s Nuclear Energy Agency: "Peaceful application of nuclear energy seems inseparable from the nightmarish images of the atomic bomb." In Strohl's view, critics regard the nuclear reactor as a symbol of a "hopelessly technocratic, centralized, hierarchical society, dominated by giant industry and financial monopoly, implacably destructive of natural resources and human values." But beyond this generalized anxiety, there is a distressing realization that the atom that can produce prosperity can also make war: a nation that has a reactor can eventually have a bomb.

The proliferation of nuclear know-how has thus stimulated not harmony, but fear. Many people are terrified of the reactors, convinced that it is only a matter of time before one of them accidentally spills a deadly dose of radiation across an entire countryside. Others envision some witless dictator run amuck, waving primitive A-bombs at his enemies, or a band of conscienceless terrorists holding entire cities for ransom in a grim game of nuclear blackmail (*see box*). Such nightmares are not merely the ravings of the uninformed and fanatic. Contemplating the potential for disaster, U.S. Nuclear Pioneer David Lilienthal, now 77, observes remorsefully: "I am glad I am not a young man, and I am sorry for my children."

Court Rulings. Nowhere is the furor over greater reliance on nuclear power so intense as it is in Western Europe. In Sweden last year, asserts ex-Premier Olof Palme, it was opponents of his plan to expand nuclear energy who helped to tip the scales against him and turned out the Socialist Party, which had held power for 44 years. In West Germany, sometimes violent antinuclear demonstrations at power-plant sites at Brokdorf, near Hamburg, and Wyhl, in Baden-Württemberg, have resulted in court rulings that halted construction on the two reactors and helped bring to a virtual standstill the most extensive nu-

clear-energy program on the Continent.

Upriver from Paris, at Nogent-sur-Seine, citizens' groups have been objecting to a complex of four reactors planned for the site; the protesters fear that pollution or an accident could turn the Seine into a river of poison washing toward Paris, just 60 miles away. Italians in Lombardy are worried about a similar proposed reactor complex on the Po, which they charge could raise water temperatures high enough to kill fish and even change the climate of the Po River Valley. During Easter week in Soria, a town 140 miles north of Madrid, thousands of Spaniards signed a petition against a planned nuclear-research facility in the area, damning atomic power as "a repugnant industry."

As if it were not enough to be harassed on the home front by their own citizenry, the governments of France and West Germany are also under attack from a prominent critic abroad—U.S. President Jimmy Carter. Carter's target is their burgeoning trade with developing countries in reactor hardware and technological expertise. Specifically, Carter is concerned about a $5 billion deal between West Germany and Brazil, signed in 1975, that will provide Brazil with not only eight nuclear reactors (a purchase the U.S. does not oppose) but also a uranium enrichment plant and a nuclear fuel reprocessing plant (the parts of the deal that Carter would like to see rescinded). In France's case, the U.S. President has been trying to halt the consummation of a 1976 agreement for the French to supply Pakistan with a reprocessing facility.

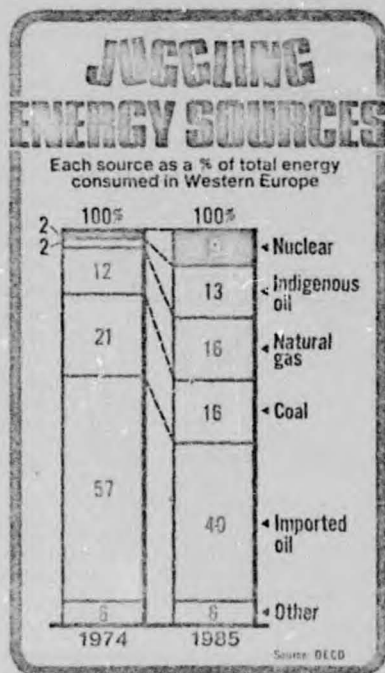
Carter believes that both deliveries would add dangerously to the growing proliferation of nuclear technology. He has backed up his campaign against them by continuing to delay export licenses for highly enriched uranium destined for research reactors in a number of countries, including France and West Germany—a policy begun under Gerald Ford but pointedly used by Carter as nuclear leverage. This has enraged many Europeans, who view Carter's actions as both a threat to a potentially vital export industry and an attempt to keep their nations dependent on U.S. nuclear technology. "A new form of colonialism," warned West Germany's Social Democratic Party Leader Egon Bahr last week, "is not the answer."

Pilot Plants. The confrontation has pushed relations between the U.S. and West Germany steadily downhill. Last week, in an interview on West German television, Chancellor Helmut Schmidt declared that his country would not alter its agreement with Brazil (indeed, Bonn had already issued licenses for pilot enrichment and reprocessing plants in Brazil the week before). Schmidt said further that his country would stop selling nuclear technology only if all rival exporters did the same.

France, by contrast, has proved more amenable. While officially insisting that the sale of a reprocessing plant to Pakistan would proceed, the Quai d'Orsay has privately assured Washington that it will not, apparently hoping to persuade Pakistan diplomatically to cancel the purchase. Moreover, French President Valéry Giscard d'Estaing has halted all further French sales of reprocessing plants abroad and has tightened safeguards on power-plant exports—a move that a senior U.S. diplomat in Paris calls "an act of selfless statesmanship."

The heat of the nuclear-energy issue in Western Europe is a good index of its importance. Development of nuclear power has become an urgent matter for the Continent as a result of the worldwide energy crisis, which last week prompted Jimmy Carter to propose the first comprehensive U.S. energy program (*see* THE U.S.). Put simply, the problem is that the world is running out of its primary fuel—oil—faster than it is finding or creating a substitute. According to the latest studies by the Paris-based Organization for Economic Cooperation and Development, the non-Communist industrialized states will need to import 35 million bbl. of crude oil per day from the 13 nations of the Organization of Petroleum Exporting Countries (OPEC) in 1985. The OPEC nations themselves will consume another estimated 4.3 million bbl. a day, and anything needed by developing countries will increase the total still further. Yet OPEC's maximum projected output for 1985 is only 45 million bbl. a day —a slim margin of safety, especially when many oil-producing countries are already keeping their output well below capacity in order to stretch their income of petrodollars further into the future.

The O.E.C.D. figures, moreover, assume that the industrial nations will be generating 325,000 megawatts of nuclear power in 1985—a target they can meet only if all currently planned nuclear reactors are completed and operating. If industrial nations halt nuclear-power development at its present level, another 9 million bbl. of oil would be required each day to fill the gap. The resulting competition for OPEC oil would be likely to drive prices upward in another crippling spiral. That would hurt not only industrial nations but, as did the last spiral, much more cruelly penalize the Third World.

To Europeans, the U.S. seems to have an *embarras du choix* as alternatives to imported oil. Aside from its own sizable petroleum reserves, the U.S. has enormous deposits of coal and important regional hydroelectric-power sources. In contrast, Japan and most countries of Western Europe are in a double bind. To keep their economies growing, they have needed (except for a painful interlude during the 1974-75 recession) increasing

TIME Chart / The Chartmakers Inc.

Is It Easy to Steal a Bomb?

The recurrent nightmare of those who fear nuclear proliferation is that fanatics could lay hands on enough plutonium or enriched uranium to terrorize a nation. But how easy is that to accomplish? If fissionable material, especially plutonium, is so lethal, would it not be too dangerous to steal?

Unfortunately, no. Mixed with other highly radioactive wastes in spent fuel, plutonium and uranium would indeed be too hot to handle. But plutonium itself is an immediate danger only if it somehow enters the body. Any airtight container would protect a thief from a suicidal dose.

In their classic study on nuclear theft for the Ford Foundation, Arms Control Expert Mason Willrich and Atomic Physicist Theodore B. Taylor considered who might steal fissionable material, and how. Some chilling possibilities:

THE LONER: He faces the problem of getting his booty past sensor alarm systems at plant gates. If security were lax he could do so bit by bit. Otherwise, he could fake a plant emergency that would allow him to escape with a large quantity. A nuclear thief would need about 25 lbs. of plutonium to construct a crude bomb, but just a few pounds to threaten a city, perhaps by incinerating the material upwind from it.

THE EMBEZZLER: Plutonium and enriched uranium are carefully accounted for. But because of the complexity of the nuclear processes, there is a chemical margin of error. By discreetly juggling that margin, an unscrupulous plant manager could seem to account for his stock while diverting a deadly portion.

THE CONSPIRATORS: Ordinary criminals, who might want merely to peddle plutonium on the black market (estimated price: $7,000 per lb.), would want to make an undetected getaway. They would probably choose a method like hijacking nuclear fuel on its way to a reactor. Terrorists, who might well want the theft itself to be visible, could make a direct assault on a reactor or reprocessing plant. In 1973, in fact, urban guerrillas in Argentina occupied the Atrucha reactor site—which was, fortunately, not yet in operation.

THE COUP: In some nations, note Willrich and Taylor dryly, force is "com-

quantities of energy to run their industries. Yet they are energy have-nots, deep in hock for the costly oil imports of recent years and largely unendowed with any indigenous replacement.

If these industrial nations are to arrive in the 21st century with anything approaching their living standards of today, nuclear power seems to be an unavoidable necessity. Without it, industries will close down, jobs vanish, economies decay—perhaps causing the very sort of instability and international violence that anti-atom forces fear. "When you add up all the possible sources of energy that will be available in 1985, you're left with a gap," says Deputy Director J. Wallace Hopkins of the International Energy Agency. "From now until the end of the century, the only way to fill that gap is with nuclear energy. If you don't fill the gap, you're really talking about no-growth." Nuclear Physicist Edoardo Amaldi of the University of Rome, a longtime collaborator of the Manhattan Project's brilliant Enrico Fermi, puts it even more strongly: "We have no alternative. While we may talk of other sources of energy, they will not come tomorrow—not for 50 years."

Deadly Forms. Europe's quarrel with Washington over nuclear policy stems from the specter of the Continent once again developing a near-total energy dependence on a single rich source: the U.S. According to Washington studies, the U.S. has as much as 3.7 million tons of uranium reserves—which it is currently using at the rate of only 9,500 tons a year. Untold tons of idle fissionable material also reside in missile silos and roving submarines. The most optimistic estimates give Western Europe only 460,000 tons of uranium. Nearly all of Europe's uranium supplies are now imported from Canada or the U.S.

Carter's opposition to the French and West German export deals is rooted in a new effort to contain at least the deadliest forms of nuclear materials. An enrichment plant, though intended to make nuclear fuel, can also make weapons-grade uranium.* A reprocessing plant, besides recovering unused fuels from reactor wastes, makes plutonium. Either material is the raw stuff of nuclear bombs—much more readily usable for military or terrorist purposes than the same elements mixed in normal reactor wastes. And plutonium, to make its potential all the more horrifying, is 20,000 times as toxic as cobra venom. Says a Ford Foundation report: "A few thousandths of a gram of plutonium, if inhaled, can cause death from fibrosis of the lungs within a few weeks."

Dramatically underscoring his determination to prevent these substances from being further proliferated, Carter in early April ordered a ban on commercial reprocessing in the U.S. (TIME, April 18). He also halted U.S. development of a prototype fast-breeder reactor at Oak Ridge, Tenn., a variety of nuclear reactor designed to use plutonium for fuel and ultimately to manufacture more of this fuel than it uses—thus dangerously increasing the world's stock of plutonium. Carter's move was intended partly to placate domestic antinuclear forces. He also intended to bring home to European nuclear exporters the dangers of spreading reprocessing and breeder technology. Still, Carter was careful to acknowledge the "special needs" that Europe might have for those developments, a point he evidently re-emphasized to European Commission President Roy Jenkins in a White House discussion last week. Jenkins reported a "sympathetic" hearing on the European nuclear viewpoint, and added: "We will have to make up our own minds on the issue."

Europeans will probably conclude that they need a local capability for enrichment and reprocessing. For one thing, the reusable fuel created by these processes would eliminate much of the need for disposal of nuclear wastes, a tricky problem in heavily populated regions. More important, local-processing advocates fear that uranium reserves may be smaller than predicted. If a shortage develops, they contend, the countries that have little of their own will suffer serious shortfalls, price hikes

*Natural uranium, U-238, is a stable element that contains less than 1% of the fissionable isotope U-235. It must be enriched to a level of 3% to 4% U-235 to be usable as reactor fuel, and to a level of about 90% to become bomb material.

monly used as a means of transferring power and authority." In such cases, nuclear facilities would be prime targets for both attackers and defenders. A thought to give pause: What if there had been a reprocessing plant in Lebanon during the 1975-76 civil war?

The Willrich-Taylor study prompted sharply tightened security and more accurate accounting within the nuclear community. Major transfers of nuclear materials are often made in such huge containers that thieves would need a crane to move them. Such precautions have helped keep nuclear materials among the most difficult in the world to obtain illegally. The question that persists is whether even these strict safeguards will be effective as the traffic in fissionable materials increases exponentially over the next several decades.

or both. This concern has been heightened by the current delay in receiving enriched uranium from the U.S.—although Carter apparently told Jenkins that deliveries would be resumed soon.

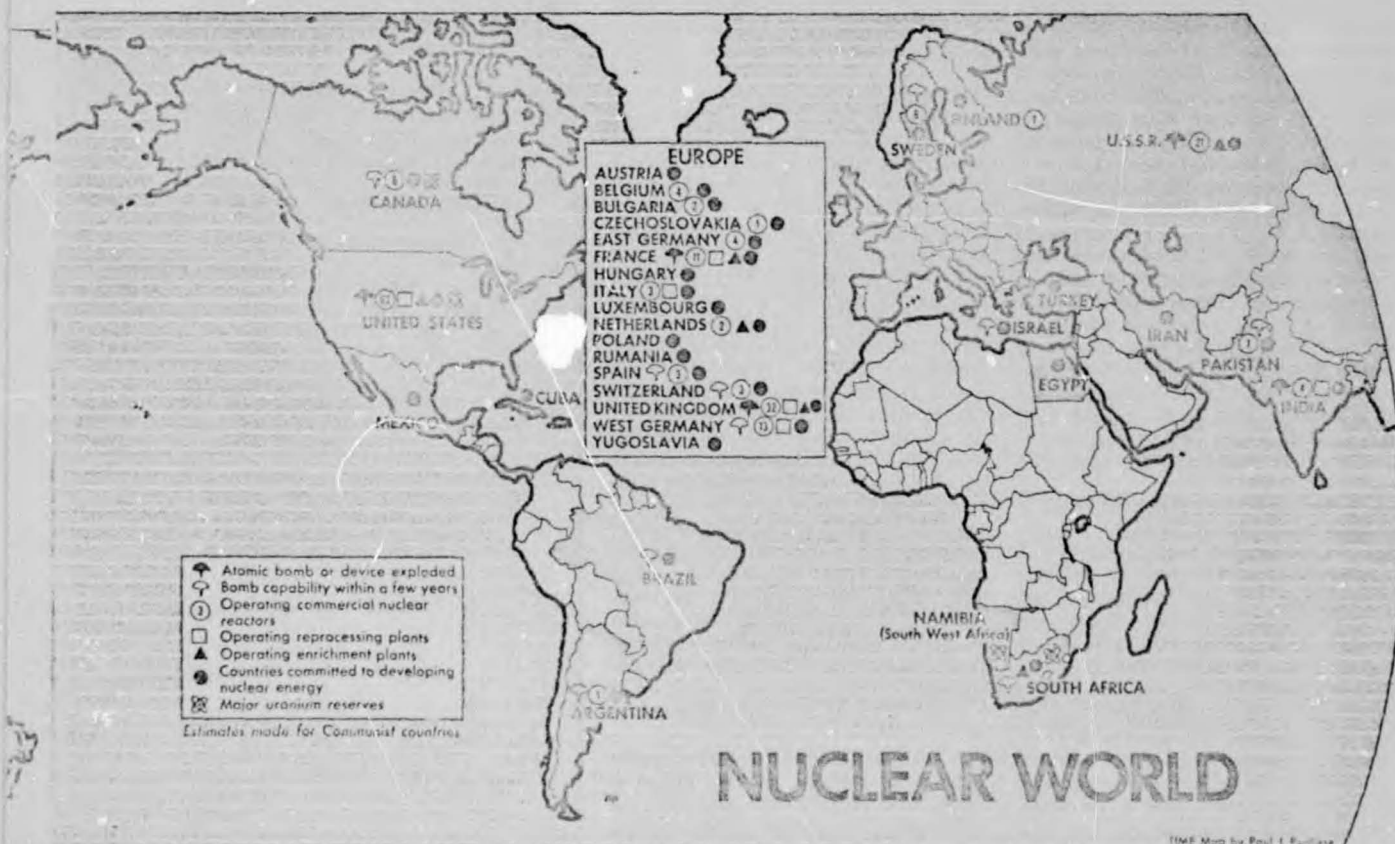
The fear of uranium dependency was at the heart of the nuclear pact between Brazil and West Germany. As the leading oil importer in the developing world, Brazil will shell out more than $4 billion for petroleum this year to feed its growing industrial base—a massive drain on its balance of payments account. In 1972 the U.S. agreed to help Brazil build a nuclear power plant at Angra dos Reis, on the coast between Rio de Janeiro and São Paulo—but in 1974, after India achieved a nuclear explosion, the U.S. would not guarantee a permanent supply of enriched uranium fuel. The upshot was the 1975 bargain with Bonn, which will give Brazil what the U.S. would not: a full nuclear cycle. For their part, the Germans get at least $5 billion worth of work for some 300 companies involved in their languishing nuclear industry, at least 20% of any uranium ore found in a joint uranium-prospecting venture with the Brazilians, and a percentage of enriched fuels made in the Brazilian plant.

If Carter's anti-plutonium posture disturbed Europe's apostles of energy independence, it also provided aid and comfort to a much stronger army of home-grown antinuke critics. Though both sides are reacting to problems that prevail throughout the Continent, the shape of the nuclear issue varies widely from country to country. A summary:

WEST GERMANY: SUDDEN RAGE. In no other European country is the opposition to nuclear power so fierce, so organized or so effective as it is in West Germany. The movement came virtually out of nowhere just last fall. It has a sizable leftist element, but is basically a much broader citizens' coalition, including farmers, city officials, housewives and professional people. Its leading spokesman is a bespectacled 53-year-old Karlsruhe pharmacist, Hans-Helmuth Wüstenhagen.

The early court victories of this citizens' army have drastically curtailed West Germany's nuclear power program. Since the 1973 energy crisis, every parliamentary party has supported an ambitious nuclear energy policy formulated by Chancellor Schmidt's government: to have 30 power reactors in operation by 1985, supplying 45,000 megawatts of power and half the nation's electricity. Now 13 plants are in operation, but construction at eleven others has been slowed or stopped, and six remain on the drawing board while the government tries to convince citizens of their safety.

The demonstrators show no sign of easing up. In the bloodiest battle so far, about 20,000 demonstrators, heavily infiltrated with extremists, clashed with 4,000 police in March at a plant construction site in the town of Grohnde near Hannover. The demonstrators used spiked clubs, chains, iron bars and Molotov cocktails; the police tear gas, water cannons and clubs. Eighty demonstrators and 237 police were left injured.

FRANCE: RADIOACTIVE TOMORROW. France, a promoter of nuclear energy and weaponry since the days of Charles de Gaulle's call for a *force de frappe,*

has so far resisted a wave of demonstrations against its nuclear projects. At Fessenheim in Alsace, a new reactor went into operation in March despite a two-week hunger strike by protesters there. Plans for the reactor complex at Nogent-sur-Seine continue unabated, despite the vocal opposition of antinuclear forces.

The most cherished nuclear project of France, as the majority partner in a six-country consortium, is the 1,200-megawatt Superphénix fast-breeder reactor to be built at Crays-Malville near the Swiss border. This endeavor could be in trouble. The Superphénix will be fueled by a 4.5-ton load of plutonium (more than a hundred times the amount in the Nagasaki bomb). It has provoked outraged protests from scientists, doomsday slogans from ecologists (INACTIVE TODAY, RADIOACTIVE TOMORROW), and even a raid on research offices during which participants stole frightening contingency plans for dealing with a Superphénix disaster—which they promptly published.

In 1976 France temporarily closed down its pilot Phénix reactor—a 250-megawatt station incongruously planted among the vineyards of the *côtes du Rhône*—because of leaks in the cooling system. Superphénix might become a casualty before it is built. If the breeder becomes unpopular enough Premier Raymond Barre, already eyeing his budget for anti-inflation cuts, might gladly dispense with the expensive project.

WEST GERMAN FOREIGN MINISTER HANS DIETRICH GENSCHER SIGNING NUCLEAR DEAL IN BRAZIL
Realizing that the atom that can produce prosperity can also make war.

BRITAIN: LEISURE TO DECIDE. Britain responded positively to Carter's concerns, perhaps because the country can afford more leisure than most in deciding energy questions. It has a 300-year supply of coal, a developing abundance of North Sea oil and a conventional nuclear program dating back two decades that supplies 13% of the nation's power. Prime Minister James Callaghan has ordered a thorough re-examination of British policy on nonproliferation and expects the topic to be discussed at the summit meeting of Western leaders in London next month.

RADIOACTIVE WASTES IN JAPAN

Britain leads the world in fast-breeder-reactor research (two prototypes are operating at Dounreay in Scotland), but Energy Secretary Anthony Wedgwood Benn has called for a national debate over the breeder's future. Benn is aware that antinuclear forces in Britain are mainly opposed to the fast breeder, and he has his own concerns about the potential cost of a full-scale commercial breeder—more than $3 billion. "If we once build one," concedes an energy department official, "we'll be committed on a scale that will dwarf the Concorde."

Benn's other worries center on the potential for U.S. interference in the British reprocessing facilities at Windscale on the northwest English coast. Westminster is planning to spend $1.2 billion to enlarge the facility and is negotiating an $850 million agreement to reprocess 4,000 tons of spent fuel from Japanese reactors in the 1980s. The question now is whether the U.S., which supplies enriched uranium to Japan and therefore controls the spent fuel, might move to ban the re-export of Japanese wastes to Britain.

ITALY: BUNGLED PROMISE. Italy's nuclear program has been stalled not so much by protesters—though they are becoming increasingly vocal—as by simple bureaucratic bungling that destroyed a once promising program. In the early 1960s, three commercial nuclear power plants were under construction. Operational in 1969, they put Italy in third place in nuclear power, after the U.S. and Britain. But Italy nationalized its electrical industry in 1963 and shifted back to traditional power production. Its expansion plans ran into a nest of problems involving permits, antipollution controls and other delays. Brownouts and blackouts became endemic.

Belatedly, in the summer of 1975, the Ministry of Industry proposed a massive return to nuclear power through the construction of 20 reactors by 1985 and 40 more by the century's end. Initial cost estimates: $16 billion by 1980, a figure that has soared to $24 billion now. The full nuclear program is still under debate in parliamentary committees. A single new reactor (the country's fourth) is scheduled to go into operation this summer at Caorso, on the Po in northern Italy, and contracts are being let for four more. But they may be too late. If current projections stand, Italy is due for a major power crisis by 1983.

OTHER COUNTRIES: YES AND NO. Elsewhere in Europe, decisions on nuclear energy are a blend of pragmatism and principle. Norway, a singular exception, has the luxury of both. The country does not now need nuclear energy: 100% of its power is hydroelectric, a source that is not yet fully exploited. North Sea oil and natural gas are adding to Norway's energy independence. Even so, when Norwegians learned several years ago that they might need supplementary nuclear power by 1985, Oslo decided deliberately to limit economic growth to 3.3% a year to stretch the available nonnuclear power at least until 1990.

Sweden has not been so fortunate. Its new Premier, Thorbjörn Fälldin, was

swept into office last fall partly because of a campaign promise to lead his country "out of the atomic society." But Fälldin leads a three-party coalition, and the other partners favor a cautious nuclear program with stringent safeguards. Fälldin, accordingly, let the country's sixth nuclear power plant open on schedule in March.

Denmark, which has sparse coal deposits and a yet unknown quantity of uranium in Greenland, is currently dependent on imports for virtually all its energy needs. But because of widespread opposition to nuclear energy, the government is pondering such alternatives as wind and solar power.

The Netherlands is torn sharply by the nuclear issue. Its government is deeply involved in nearly every phase of Europe's nuclear energy programs, but a poll in March found that fully 53% of the Dutch have doubts about nuclear energy in any form. Action groups led by politicians of the Catholic Radical Party are fighting anything nuclear. They oppose the scheduled construction of three new power plants, which would bring Holland's total to five. They decry Dutch participation in fast-breeder research with Belgium, France and West Germany. They reject plans to bury nuclear wastes in subterranean salt layers in northern Holland.

Going Nuclear. The fears in Holland are reflected in Belgium, but citizens' groups there have not yet mounted the same sort of intense campaign. Belgium already has four reactors—two near Liège and two near Antwerp—that provide 20% of the country's electricity. Despite critics' protests, the government is pressing to get three more in operation by 1980. Similarly, the growing wave of antinuclear feeling in Spain has not yet prompted any change in an ambitious Spanish reactor program that calls for 17 nuclear power stations by 1985. Austria, however, has postponed plans to put its first reactor into operation later this year, and Chancellor Bruno Kreisky has decided to call for a plebiscite on the issue to determine whether Austria "goes nuclear" at all.

Such one-man, one-vote options are virtually unheard of throughout the rest of a world seemingly hell-bent on fission. South Korea is scheduled in November to put its first commercial power reactor into operation. Taiwan's first nuclear power plant is also due to go on line this fall, although that country, to its credit, has voluntarily disassembled a research reactor that could have made enough plutonium for a bomb each year.

Less comforting, France agreed last year to build a $1 billion nuclear power complex for South Africa, which is scheduled to open in 1982. Though South Africa desperately needs power, it has made no promises about bombs. "If we are attacked," says Minister of Information Cornelius Mulder, "no rules apply at all." That attitude can only help to nourish a balance-of-terror mentality

Getting the Citizens Involved

Since the beginning of the year, when he took over the European Commission's energy portfolio, former West German Diplomat Guido Brunner has been pressing member governments to develop a coherent European energy policy based on conservation and the development of new energy sources. So far he has been only partly successful. Last month the Council of Ministers agreed to float $600 million in bonds to help finance construction of more nuclear power stations. But leaders of the Nine have failed to reach agreement on JET, an advanced research project aimed at developing nuclear fusion as an energy source. Sipping a glass of cherry juice in his Brussels office, Brunner, 46, reviewed the energy issues with TIME *Correspondent Henry Muller. Excerpts:*

ON NUCLEAR POWER. In the past, politicians have tended to describe nuclear energy as a panacea: low-priced, clean, without risk. Now we know better than that, and citizens rightly have the feeling that they are not involved in the decision-making process. Never in the past two decades has the question been put to the public for decision and participation. Now we must get the citizens involved. At the same time, we have to tell them about the need for nuclear energy, about the sacrifices in living standards involved if we do not develop nuclear energy.

ON CARTER'S DECISION TO STOP REPROCESSING IN THE U.S. We welcome President Carter's mentioning that the situation in Europe is not identical to that in the U.S. He said that European dependence on uranium supplies makes it difficult for us to follow the same line on reprocessing, and that is accurate. If we look into the 1980s, it is clear that we in Europe will have a difficult energy situation. Not being able to exploit coal to the same extent as the U.S., we will have to rely more and more on nuclear energy. Given that we need 20,000 tons a year of uranium by 1985 and that it will be more expensive by then, we cannot cut off reprocessing as the U.S. can. Moreover, a halt in reprocessing would compound our problems of siting nuclear waste within a narrow geographical area. Europe is prepared to have a dialogue with the U.S. on all aspects of the question, but it has to be an open dialogue, based on trust. Therefore it would be a good thing if shipments of nuclear material—especially highly enriched uranium, for which we depend on the U.S. for 95% of our supplies—were resumed quickly.

ON A EUROPEAN ENERGY POLICY. For several more decades we will be dependent on foreign energy sources: by 1985 we will still be getting 59% of our energy from abroad. The risk lies in putting all your eggs in one basket. If you don't diversify your imports of energy, political problems can directly affect your lifeline, as we learned in The Netherlands in 1973. An energy policy would also create jobs—something we need very badly at a time when more than 5 million people in the Community are unemployed.

CONSERVATION: We also have to make a big effort in terms of energy saving. We have to ensure better insulation of buildings, we have to see that household appliances are designed in such a way as to avoid waste of energy, and there is much more to be done to reduce gasoline consumption by cars. But at the same time we have to see to it that we don't kill the economic recovery. It would be wrong to stress energy saving to the extent that increased production was not possible.

E.C. NUCLEAR CHIEF GUIDO BRUNNER

ON THE JET FUSION PROJECT. European public opinion is fed up with the delays. Everything is ready; it's just a matter of finding a suitable site. For four years we have been training hundreds of scientists, but if this goes on much longer the team will disintegrate.

ON SOLAR POWER. In our area, especially northern and central Europe, solar power can never play a big role. We have calculated that by 1985 we could have 3% of our overall energy production based on solar power, but even this implies a big effort. The geographical location of Europe prevents the drive for solar energy possible in the U.S. or such sunny countries as Israel.

in the rest of Africa. Last February, Nigeria—an oil-exporting nation with massive hydroelectric resources—revealed that it was negotiating with West Germany to buy nuclear power stations. Trumpeted a Lagos newspaper: "The black African giant is about to join the race to become a nuclear power."

The march toward nuclear capability will continue: Israel, Iran, perhaps even mercurial Libya. These nations are asking for reactors, not bombs, but the threat of one is inherent in the technology of the other. What can be done to minimize the risks?

For one thing—only a stopgap measure, to be sure—nuclear suppliers should take greater care in screening the countries they court. It may sound principled to justify a questionable sale on the ground that no nation, whatever its ideology, should be denied the benefits of nuclear power. But in fact no present supplier nation would consider selling nuclear technology to Idi Amin's Uganda—a form of discrimination for which its neighbors are profoundly grateful. Moreover, said an editorial in Nairobi's *Standard* last month, smaller nations should be actively denied the wherewithal to manufacture nuclear weapons. "Unless this is done," declared the paper, "the situation may arise whereby, as America and Russia reduce their nuclear arsenals, any progress toward peace may be nullified by the actions of the smaller powers."

The assumption of eventual superpower disarmament should jar the consciences of the two nuclear superpowers. A step in that direction would be the most important initial act in containing nuclear proliferation. In a thorough-going new Council on Foreign Relations study about nuclear proliferation, Atomic Physicist Theodore B. Taylor and Public Policy Scholar Harold A. Feiveson warn that "pressures for nations to acquire nuclear weapons will persist at least as long as the nuclear-weapons states continue to behave as though they feel more secure with nuclear weapons than without them." With the dawn of disarmament, nuclear glamour would begin to fade.

Bad Bargain. Though that fond development would help put a moral cap on proliferation pressures, the technological threat persists in the growing stockpiles of plutonium around the world, ever more scattered and thus more accessible. Taylor and Feiveson fear that the world is in a "dangerous drift" toward what they call a "plutonium economy," culminating in an arsenal of fast-breeder reactors capable of turning out tons of plutonium. The fast breeder seems a particularly bad bargain: in a world rightly concerned about environmental hazards, the manufacture of huge quantities of a poison with a half-life of 24,000 years is too risky even for the energy rewards it may promise.

Unfortunately, no nuclear fuel cycle is totally free of plutonium. But Taylor and Feiveson suggest a technological option that while not yet fully explored by physicists, would be markedly safer than other methods. Called the "thorium cycle," it is based on a reactor fuel using the element thorium (widely found in nature), natural uranium, and small quantities of U-233, a highly fissionable uranium isotope derived by bombarding thorium. In this process, plutonium is only a minor byproduct. The major radioactive byproduct, more U-233, has several advantages over plutonium. It is less poisonous and shorter-lived, and most important, it can easily be "denatured" for transportation and storage by being mixed with natural uranium.

Old Feuds. Promoters of the nuclear industry are often impatient with the time-consuming and expensive detours that a switch to the thorium cycle —or any other innovation—might involve. But a demonstrable concern with present and future safety may be the only way they can persuade a worried public that they are not casually guiding the world into self-destruction. Nations whose economic future depends on nuclear technology must similarly create a climate of credibility by showing their willingness to cooperate in applying stringent international safeguards. Many experts, political and scientific, agree that all phases of production that involve weapons-grade materials—uranium enrichment, reprocessing and fast-breeder technology of any sort—should [illegible] under multinational supervision, [illegible] a sturdy security force.

[illegible] would involve intense international [illegible] among the world's nuclear po[illegible] heightened concern for the [illegible]ss developed countries. Under [illegible] strictly accounted for waste, those nations with a demonstrated need could have power reactors (but no other nuclear technology) of their own. At the very least, they would be entitled to power from the internationalized nuclear centers.

That is an extraordinary expectation from a selfish world. It presupposes sacrifices: a willingness to shed national pride, to allow intrusions on national sovereignty, to bury old feuds and seek regional and global accommodations among competing political and social philosophies. It would require—just as a start—that nuclear energy be looked upon not as an industry to be peddled around the world by so many fast-talking salesmen with a shoeshine and a smile, but as a global patrimony over which every nation is a guardian.

Nuclear power is not a demon to be exorcised. It is a gift—but a terribly demanding gift. It might—just might—be the fearful prod that will move the quarreling tribes of the planet toward the beginning of some kind of effective world government. Like the vision from the moon of Spaceship Earth, it reminds us once again how small we are, and how we must learn to live together, to live at all.

EXTRACTING A URANIUM ELEMENT AT FRENCH STATION

EDITORIAL

Caleidoscópio político

Afinal, o que é realmente democracia? Para nós, é, resumidamente, liberdade de iniciativa com instituições políticas livres.

Entretanto, o brasileiro que se interessa pelas discussões correntes sobre o Estado de Direito, as liberdades, a política ou a economia, fica confuso, se não frustrado ou mal informado. Os que se esforçam por querer encontrar um encadeamento racional e objetivo nesses debates não vêem mais que uma sucessão de figuras caleidoscópicas que, a cada simples acontecimento ou vibração, mudam de imagem, embora mantendo sempre uma impressão magnetizante.

A questão de fundo, em todos os debates, é sem dúvida a democracia. Mas, como no pequeno brinquedo cilíndrico em que pedaços de vidro produzem uma infinita sucessão de diferentes e bonitas imagens multicoloridas, o debate nacional encerra também uma torrente de sentimentos e idéias atraentes, porém imprecisas, desconexas e, acima de tudo, instáveis e parciais.

Analisando com atenção o que dizem muitos políticos, ou o que lemos e ouvimos de tantos intelectuais — jornalistas, escritores, cineastas, professores, filósofos, etc. —, certamente se chega à triste constatação de que aqueles de quem mais se ouve ou se lê sobre os direitos e as liberdades não possuem noção clara do que deva ou possa ser, no Brasil, um regime democrático.

São típicos estes trechos do longo discurso de um deputado arenista, então líder do partido, publicado no *Diário do Congresso Nacional* de 29-11-75: *"De nossa parte, consideramos inviável a iniciativa privada nacional porque, não dispondo de capital ou de créditos... ser-lhe-á quase impossível obter a técnica... para concorrer com as multinacionais.... Aqui o toque da falibilidade do liberalismo econômico a que se cinge o vigente modelo desenvolvimentista brasileiro... resta clara a escolha dos nacionalistas em seu sensato destemor patriótico: integrar, para não entregar. E 'integrar', neste caso, significa estatizar, e 'estatizar' é melhor do que renunciar à autodeterminação econômica e, conseqüentemente, política"*. As idéias contidas nesse pronunciamento, praticamente, condenam, sob o manto de um nacionalismo equivocado e a pretexto de resolver um problema real, a possibilidade de vigência de uma das liberdades insubstituíveis da democracia: a liberdade de iniciativa, que, por sinal, está claramente identificada no artigo 160 da nossa Constituição.

Amostra de incoerência que conduz à confusão ideológica são também as declarações de outro ilustre congressista da Arena, ardoroso orador em prol da democracia: *"Não discutamos sobre a estatização ou privatismo, discutamos sobre aquilo que foi consagrado como basicamente democrático"*. A confusão surge quando se pergunta como conciliar estatização com democracia. E como excluir das bases da democracia, a serem prioritariamente proclamadas, o direito à propriedade e à liberdade de iniciativa, ou seja, a liberdade dos indivíduos que querem fazer coisas, em todas as possíveis atividades humanas nos campos dos negócios, do comércio, da educação, da indústria, da medicina, da agricultura, da engenharia, das finanças, das leis, da construção, etc.

A posição verbalizada do partido da oposição também dá a impressão de que seus homens estão fortemente afetados pelo mito de que a liberdade é divisível; de que pode existir liberdade política sem liberdade de iniciativa. O *Jornal do Brasil*, em sua edição de 15-4-75, publicou o resultado de uma pesquisa, realizada no Congresso Nacional, sobre o pensamento dos parlamentares quanto à penetração do Estado na economia. Os resultados da pesquisa indicaram que 60,5% do MDB desejavam ver ampliada a intervenção, enquanto 17,5% julgavam que a situação atual deveria permanecer e apenas 22% pensavam que deveria ser reduzida. Na Arena, a situação não esteve melhor, pois 31% foram favoráveis à ampliação, 50,5% à estabilização das condições atuais e 18,5% sugeriram a redução do grau de intervenção.

Nestas últimas semanas ouviram-se acalorados debates no Congresso sobre o regime vigente no Brasil, onde praticamente só se tratou, como sempre, dos aspectos estritamente "políticos" da situação, isto é, dos aspectos relacionados com as liberdades de expressão, de manifestação, de imprensa, de ir e vir ou, quando muito, das instituições políticas. De um atuante senador do MDB publicou-se, de um de seus discursos: *"O movimento de 1964 acenou ao povo com ideário democrático, mas de fato lançou-nos virtualmente há treze anos numa estrutura discricionária de poder. Sobre o que remanesce de instituições democráticas exerce-se uma tutela que é um verdadeiro jugo contra o que nada pode a nação oprimida"*. Como no caleidoscópio, a impressão que ressalta dessa imagem verbal, e do pronunciamento todo, é magnetizante, atrai, mas é sutil, metafísica e, portanto, permanece a dúvida sobre a essência do problema, pois a questão fundamental fica imprecisa: que liberdades estão incluídas no ideário democrático do orador e no dos demais representantes do MDB?

Na terceira semana de junho realizou-se, sob o patrocínio do Instituto Pedroso Horta, do MDB, o simpósio "A luta pela democracia", em que ficou bem caracterizado o quão desconexa, dispersiva e principalmente parcial é a manifestação daqueles, os políticos, que têm como primeira obrigação justamente estudar e debater as causas político-institucionais em toda a sua amplitude, a fim de se esclarecerem uns aos outros e esclarecer o povo que representam, bem como os demais poderes da União.

Os destaques sobre a democracia no simpósio foram todos também sobre a mesma meia liberdade, mas ressaltou-se a necessidade de uma Assembléia Constituinte, pois, de acordo com um dos conferencistas, *"hoje o Brasil é um país que não tem Constituição, exatamente porque, o que foi feito, foi feito à revelia da nação brasileira..."*. Aí está outra daquelas terríveis imagens caleidoscópicas que só servem para gerar perplexidade. O que parece interessar não é o que foi feito, mas sim como e por quem foi feito. Ora, é só ler para verificar que a Constituição atual — exceto pelas ressalvas revolucionárias, que se supõe e se deseja sejam transitórias — é democrática. Talvez o cerne do problema não esteja no texto em si da Carta, mas nos homens que deveriam defendê-la, difundi-la, respeitá-la, usá-la e não simplesmente tê-la quase que como letra morta.

Eis por que surgem muitas vezes nos debates político-institucionais e se desenvolvem em diferentes setores civis e militares, no Governo e fora dele, idéias supostamente mediadoras daqueles que, pelo seu estilo e experiência da vida ou por simplismo intelectual, julgam poder haver um meio-termo eficaz e duradouro entre a democracia e o totalitarismo. Idealizam, por isso, regimes que denominam "neocapitalismo", "democracia social", " socialismo democrático", "solidarismo democrático" e assim por diante, como num brinquedo caleidoscópico.

Em sua edição de 20-6-77, VISÃO publicou artigo resumindo os resultados de uma pesquisa no Congresso sobre a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte e sobre a questão "O que é democracia?". Essa amostragem, embora não estatisticamente perfeita, foi suficiente para ressaltar, pelo menos, como é parcial o pensamento de nossos políticos em relação aos fundamentos da democracia. Seria, então, o caso de se perguntar: Constituinte? Para quê?

Talvez fosse útil, a fim de chamar a atenção dos políticos, das classes governantes e de todos os demais cidadãos para o fato de que existe, hoje, uma Constituição no Brasil e de que é necessário conhecê-la e torná-la útil, viva.

Está escrito, por exemplo, em nossa Constituição: *"Todo poder emana do povo e em seu nome é exercido"*. E também que *"A Constituição assegura aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade dos direitos concernentes à vida, à liberdade, à segurança e à propriedade..."*. E também que a liberdade de iniciativa é uma das bases constitucionais de nossa ordem econômica e social. E que *"Às empressas privadas compete, preferencialmente, com o estímulo e o apoio do Estado, organizar e explorar as atividades econômicas"*. Também diz que *"É livre a manifestação de pensamento, de convicção política ou filosófica, bem como..."*. Possui, inclusive, no artigo 154, um remédio (julgado insuficiente por muitos) contra o abuso individual ou político, com o propósito de subversão do regime democrático.

Não seria melhor começar por corrigir os defeitos ou as deficiências no que já se tem? Ou tornar operativos aqueles aspectos positivos da Lei que já possuímos? Não seria também mais justo começar por desenvolver, dentro de casa, um quadro mais autêntico da democracia? O que se tem agora não é autêntico porque é parcial. Falta-lhe conteúdo ideológico, que só será dado quando se optar, na prática — pois a Constituição de 1967, vigente, já optou —, por um dos dois regimes econômicos possíveis: o da liberdade de iniciativa, que é o único realmente democrático; ou o do dirigismo estatal, de capitalismo de Estado, também conhecido por socialismo ou comunismo, que não é democrático simplesmente porque o centralismo econômico, para se manter, tem que coibir não só a liberdade de iniciativa mas todas as outras liberdades individuais essenciais.

É preciso, entretanto, deixar claro o reconhecimento da suma importância e da validade das manifestações de rebeldia contra as quebras de liberdade de pensamento e expressão e de outras liberdades essencialmente "políticas". O problema é que essas manifestações contra a estrutura discricionária do Poder geralmente se referem a apenas uma parte do jugo estatal. Salvo raras exceções, os intelectuais e políticos, se e quando tratam da liberdade de iniciativa, falam com timidez, *en passant*.

A causa mais ampla da democracia, aquela que envolve também os *fazedores* e não só os *pensadores*, vem sendo desprezada pelos setores políticos e intelectuais da nação com os quais se deveria mais contar. Seu fervor militante e o espírito de cruzada a favor das liberdades individuais é notável, porém mostra flagrante parcialidade: que se torna mais aparente porque os políticos e os intelectuais são os que possuem, por sua natureza e formação, o dom e a facilidade da palavra e, portanto, dispõem das melhores condições de disseminar idéias e difundir informações pelos meios de comunicação. Além disso, possuem nesses meios melhor receptividade, pois soam bem, quando enfatizam a defesa de certas liberdades, nas paredes das "caixas acústicas" que controlam e espalham as notícias. Muitos políticos (e não somente eles) temem a "caixa acústica" e por isso tendem a enfatizar somente aquelas liberdades que tocam de perto a eles mesmos e aos intelectuais e, no mais, em geral, dão um tempero, digamos, esquerdista, para ficar bem com o que julgam ser a maioria menos informada, mas que, muitas vezes, nada mais é que a própria "caixa acústica".

Esta é a realidade que se apresenta no caleidoscópio político brasileiro. Propugna-se por um clima de respeito às liberdades políticas em um sistema de economia que, se não é totalmente fechado, tende para isso. Clama-se pelo Estado de Direito e ao mesmo tempo pretende-se maior intervenção do Estado no campo econômico, sem explicar como conciliar o cerceamento da liberdade de iniciativa com a vigência das demais liberdades essenciais. Exige-se uma nova Constituição democrática quando a que se tem é democrática na sua essência, porém não é usada nem conhecida. Parece que o que se quer são apenas novas imagens, novas figuras jurídicas, coisas diferentes somente pela diferença.

Os partidos comunistas da França, Itália e Espanha, os "eurocomunistas", empregando uma tática que os descaracterize do tão marcado regime soviético, também apregoam as liberdades que consideram essenciais, sem poder mostrar, entretanto, como impedirão o totalitarismo ao eliminar a liberdade de iniciativa de sua catequese libertária. Eis o trecho de um comunicado conjunto dos três partidos divulgado após conferência que mantiveram, em março último, em Madri: *"Na construção de uma nova sociedade, os comunistas espanhóis, franceses e italianos estão dispostos a atuar no pluralismo das forças políticas e sociais e no respeito, garantia e desenvolvimento de todas as liberdades individuais e coletivas: liberdade de pensamento e de expressão, de imprensa, de associação e de reunião, de manifestação, de livre circulação das pessoas, liberdade sindical, independência dos sindicatos e direito de greve, inviolabilidade da vida privada, respeito ao sufrágio universal e possibilidade de alternância democrática das maiorias, liberdades religiosas, liberdade de cultura, liberdade de expressão, das diferentes correntes e opiniões filosóficas, culturais e artísticas"*.

A economia não entra nesse amplo contexto de liberdades políticas. Não é à toa, pois os comunistas sabem que a economia é o elemento mais político de todos. É a economia que dá o tom e estabelece o matiz dos regimes políticos. Marx sabia disso e não foi por simples coincidência que a economia foi a base de toda a sua doutrina política. Os comunistas europeus não se converteram à democracia, mas simplesmente se aproveitam do mito, lançado há 130 anos por Marx, de que a liberdade é divisível. Nenhuma ilusão é mais perigosa, porque, se o Estado controla as fontes de riqueza, ou seja, os fatores e os meios de produção, distribuição e troca, todos nós nos tornamos dependentes dele e por ele seremos subjugados. A liberdade de iniciativa é condição *sine qua non* para, juntamente com as demais liberdades essenciais, aquelas mesmas descritas no manifesto eurocomunista, permitir a existência da democracia.

Henry Maksoud